

HABEAS CORPUS Nº 540.996 - PR (2019/0315184-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : GUILHERME SALVADOR BANZATO FACCO
ADVOGADO : GUILHERME SALVADOR BANZATO FACCO - PR072316
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : RAFAEL VOLPE DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RAFAEL VOLPE DA SILVA apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

Consta dos autos que, comunicado acerca do flagrante, o Juízo de Curitiba/PR decretou a prisão preventiva do ora paciente, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, por vender "*a pessoa de Caio Ferreira dos Santos* [10g – dez gramas] *da substância entorpecente 'Cannabis Sativa L.', popularmente conhecida como 'maconha'*" (e-STJ fl. 152).

Irresignada, a defesa impetrou *writ* no Tribunal de Justiça que denegou a ordem, nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 547):

ACÇÃO DE TRÁFICO ILÍCITO DE DROGA – HABEAS CORPUS – DESPROPORCIONALIDADE DA PRISÃO CAUTELAR COM EVENTUAL PENA – VIA IMPRÓPRIA DE DISCUSSÃO – NÃO CONHECIMENTO – EXCESSO DE PRAZO – NÃO OCORRÊNCIA – TRÂMITE REGULAR DO FEITO – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO – ORDEM DENEGADA.

A ampla análise de questões relativas à pena e ao regime de cumprimento a ser aplicado em caso de eventual condenação não encontram lugar na via célere da ação de habeas corpus

Não ocorre constrangimento ilegal por excesso de prazo se o período máximo consolidado pela jurisprudência para a conclusão da instrução criminal ainda não foi ultrapassado.

Ordem parcialmente conhecida e denegada.

Na presente impetração, a defesa sustenta que o paciente encontra-se preso provisoriamente desde 4/2/2019 e que "*já se passaram mais de 08 (oito) meses que*

Superior Tribunal de Justiça

o paciente está preso preventivamente e ainda não houve o julgamento" (e-STJ fl. 8).

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva (e-STJ fls. 3/15).

Liminar indeferida às e-STJ fls. 565/567.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *writ* (e-STJ fls. 599/600).

É, em síntese, o relatório.

Pois bem. Informações prestadas pelo Juízo de primeiro grau noticiam ter sido relaxada a custódia do paciente ante o reconhecimento do excesso de prazo, expedido-se o competente alvará de soltura.

Assim, fica sem objeto este remédio constitucional, que buscava, justamente, a liberdade dos pacientes.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator